

“INNOVATION TALKS: LIGADOS PELA INOVAÇÃO EM SAÚDE”

2º sessão Innovation Talks:

“Terapêuticas Biológicas: o que precisamos de saber?”

5 de dezembro 2024 | Ordem dos Farmacêuticos | Lisboa

CONCLUSÕES

- As terapêuticas biológicas são medicamentos cujas substâncias ativas são produzidas a partir de células vivas, com recurso a biotecnologia. Este processo de produção difere substancialmente do utilizado na produção dos fármacos convencionais.
- Os medicamentos biológicos têm contribuído para a alteração do curso de muitas doenças, revelando-se alternativas eficazes quando as terapêuticas convencionais já não funcionam, melhorando a qualidade de vida das pessoas com doenças autoimunes, doença oncológica, diabetes, entre outras.
- Sabe-se que a utilização destes medicamentos por parte dos doentes crónicos que deles necessitam, tem sido condicionada por vários obstáculos: as disparidades na aprovação destas terapêuticas entre hospitais do SNS, devido aos processos internos de avaliação e aprovação, a desatualização das normas clínicas que preconizam estes tratamentos, a falta de conhecimento sobre estas terapêuticas por parte de doentes e as dificuldades de acesso, principalmente para quem não vive perto dos centros urbanos, acabam por originar diferentes resultados em termos de tempos de resposta e de condições de acesso a estas terapêuticas pelos doentes, o que poderá ser gerador de situações de iniquidade a nível nacional.
- Para além disso, o Governo publicou recentemente uma portaria que uniformiza as condições de acesso a medicamentos biológicos por parte dos doentes com artrite reumatoide, espondiloartrite axial, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular, psoríase em placas e também agora doença de Crohn ou colite ulcerosa. Os medicamentos biológicos previstos para estas patologias podem ser prescritos em qualquer consulta especializada no diagnóstico e tratamento neste âmbito, quer seja no público ou no privado.

Apesar desta boa notícia, ainda há doenças que não beneficiam deste regime, como é o caso da dermatite atópica, o que também gera desigualdades entre doentes.

- É importante assegurar que as pessoas possam beneficiar dos melhores cuidados de saúde e isso passa também pelo acesso atempado e equitativo a medicamentos biológicos, uma vez já aprovado o seu financiamento pelo SNS. Por isso mesmo, é importante perceber como podemos superar as dificuldades/ obstáculos que condicionam o acesso a estas terapêuticas.
- Com efeito, e apesar da evidência demonstrada quanto à eficácia e segurança destas terapêuticas, ainda se enfrentam desafios relacionados com a falta de informação e receios sobre estes medicamentos. Para além disso, há uma série de desafios financeiros que têm condicionado o acesso a estas terapêuticas.

Assim, nesta segunda sessão, concluiu-se que será importante:

- assegurar o acesso equitativo às terapêuticas biológicas independentemente da doença crónica de cada cidadão (evitando a atual segregação legal entre doenças);
- reforçar a atualização das normas de orientação clínica e algoritmos de suporte à decisão clínica, que devem evoluir com o objetivo de minimizar o tempo de avaliação e de aprovação internos destas terapêuticas em contexto hospitalar, melhorando os resultados para o doente e promovendo ganhos de eficiência para o sistema;
- garantir a padronização de procedimentos entre unidades hospitalares do SNS, combatendo a variabilidade no processo de aprovação destas terapêuticas por parte das Comissões de Farmácia e Terapêutica das várias instituições;
- promover o combate à desinformação/ preconceito em relação a estas terapêuticas, quer por parte dos doentes, quer por parte dos próprios profissionais de saúde - a promoção da literacia sobre este tema é essencial para assegurar a tomada de decisões informadas e melhorar a confiança e a aceitação destas terapêuticas por parte dos doentes. As associações de pessoas que vivem com doença podem e devem, cada vez mais, desempenhar um papel fundamental na divulgação do conhecimento sobre as doenças e terapêuticas biológicas disponíveis, junto da comunidade;

- assegurar a divulgação atempada da informação e das orientações do Ministério da Saúde aos várias profissionais de saúde e instituições, à medida que vão surgindo novos medicamentos biológicos e também biossimilares;
- promover uma comunicação efetiva sobre o tema entre todos os parceiros - promovendo um diálogo aberto entre os vários profissionais de saúde, instituições, academia, sociedades científicas, associações de doentes e indústria farmacêutica;
- zelar pela promoção da transparência e da participação efetiva do doente enquanto parceiro: ouvir os doentes e familiares e as Associações que os representam, perceber as suas necessidades e dificuldades enquanto pessoas que vivem com doença crónica, e ao mesmo tempo, perceber as suas dúvidas, receios e preocupações sobre as terapêuticas biológicas e os desafios/obstáculos que sentem diariamente no acesso a esta medicação, envolvendo-os no processo de tratamento;
- implementar novos modelos de financiamento sustentáveis, por exemplo, através da adoção de biossimilares, de forma a alargar o acesso a estas terapêuticas.

A Direção da Plataforma Saúde em Diálogo.

Lisboa, 13 de dezembro de 2024